

Poiesis - Instituto
de Apoio à Cultura,
à Língua e à
Literatura

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Administradores da
Poiesis - Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Poiesis - Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura "Entidade", que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Poiesis - Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões



estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de janeiro de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Flavio Gozzoli Gonçalves
Contador CRC 1SP290557/O-2

Poesis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2016	2015	Passivo	Nota	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa		23	13	Projetos a executar	6	562	10.579
Recursos vinculados a projetos	4	5.903	16.294	Contas a pagar	7	1.536	1.614
Despesas antecipadas		669	760	Obrigações tributárias		124	65
Outros créditos		39	35	Obrigações trabalhistas	8	1.290	1.240
Total do ativo circulante		6.634	17.102	Provisão de férias e encargos		2.667	3.409
Recursos vinculados a projetos	4	1.258	4.132	Total do passivo circulante		6.179	16.907
Depósitos judiciais		45	200	Projetos a executar	6	1.258	4.132
Imobilizado	5	3.822	3.773	Provisão para contingências	9	540	433
Total do ativo não circulante		5.125	8.105	Obrigações com o Estado - Imobilizado	6	3.722	3.673
				Total do passivo não circulante		5.520	8.238
				Patrimônio líquido	11		
				Patrimônio social		62	17
				(Déficit)/superávit acumulado		(2)	45
				Total do patrimônio líquido		60	62
Total do ativo		11.759	25.207	Total do passivo		11.759	25.207

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Poesis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura

Demonstrações de resultados

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015
Receitas operacionais			
Recursos de Contratos de Gestão	12.a	65.590	72.413
Convênios	12.b	136	15
Outras receitas	12.c	1	61
Voluntários	3.h	156	156
Total de receitas		<u>65.883</u>	<u>72.645</u>
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	13	(39.950)	(38.667)
Despesas com produção cultural	14	(9.990)	(15.292)
Serviços profissionais	15	(9.413)	(10.097)
Gerais e administrativas	16	(5.545)	(6.871)
Despesas divulgação e comunicação		(71)	(97)
Depreciação e amortização		(595)	(859)
Outras receitas/(despesas)		33	(4)
Voluntários	3.h	<u>(156)</u>	<u>(156)</u>
Despesas operacionais antes das despesas financeiras		<u>(65.687)</u>	<u>(72.043)</u>
Despesas financeiras		<u>(198)</u>	<u>(557)</u>
		<u>(65.885)</u>	<u>(72.600)</u>
(Déficit)/superávit do exercício		<u>(2)</u>	<u>45</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Poiesis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
(Déficit)/superávit do exercício	(2)	45
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(2)</u></u>	<u><u>45</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Poiesis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Patrimônio social	(Déficits) / Superávits acumulados	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2015	11	6	17
Incorporação do superávit ao patrimônio social	6	(6)	-
Superávit do exercício	-	45	45
Saldos em 31 de dezembro de 2015	17	45	62
Incorporação do superávit ao patrimônio social	45	(45)	-
Déficit do exercício	-	(2)	(2)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	62	(2)	60

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Poesis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Déficit)/superávit do exercício	(2)	45
Ajustes por:		
Baixa de imobilizado	3	12
Depreciação e amortização	595	859
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento)/redução nos ativos em		
Recursos vinculados a projetos	13.265	10.011
Outros créditos e despesas antecipadas	242	(73)
(Redução)/aumento nos passivos em		
Projetos a executar	(12.842)	(10.044)
Obrigações trabalhistas, provisão de férias e encargos	(692)	375
Contas a pagar e obrigações tributárias	88	(139)
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	<u>657</u>	<u>1.046</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	<u>(647)</u>	<u>(1.071)</u>
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento	<u>(647)</u>	<u>(1.071)</u>
Variação líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>10</u>	<u>(25)</u>
Caixa equivalente de caixa em 1º de janeiro	13	38
Caixa equivalente de caixa em 31 de dezembro	<u>23</u>	<u>13</u>
Aumento/(redução) em caixa e equivalentes de caixa	<u>10</u>	<u>(25)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Poesis - Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura (“Poesis” ou “Entidade”), é uma Entidade civil sem fins lucrativos, tem objetivos de natureza sociocultural, literária, artística, museológicos e educacionais, atuando no desenvolvimento e gestão de programas, pesquisas, projetos, bens, espaços e equipamentos culturais e educacionais. Valorizando a Cultura em suas múltiplas expressões, busca facilitar o acesso democrático ao conhecimento, estimular a reflexão e a criação artística e a preservar e divulgar bens culturais e históricos como instrumentos de valorização da identidade e da diversidade.

Em 19 de junho de 2008, o Vice-governador, no exercício do cargo de Governador do Estado, por meio do Parecer nº 0783/08, qualificou a Poesis como uma “Entidade da área da cultura”, com publicação no Diário Oficial em 20 de julho de 2008.

Como entidade sem fins lucrativos, a Poesis é isenta de contribuições e impostos federais, estaduais e municipais, de acordo com as disposições da Constituição Federal.

A Poesis é responsável pela operação de diversos equipamentos e programas culturais por força de Contratos de Gestão firmados com a Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, podendo também firmar parcerias e outros termos de colaboração para desenvolvimento de projetos culturais com instituições públicas e privadas ou através de patrocínio ao amparo de programas de incentivo ou renúncia fiscal.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 27 de janeiro de 2017.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não-derivativos registrados por meio do resultado, mensurados pelo valor justo.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a

aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota 3.c (ii)** - vida útil do ativo imobilizado;
- **Nota 9** - Provisões para contingências.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e bancos conta movimento. Os recursos financeiros que a Entidade possui, mas que estão vinculados a projetos são apresentados na rubrica de recursos vinculados a projetos.

Recursos vinculados a projetos

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados para fazer frente às obrigações de projetos relacionados a contrato de gestão e outros ajustes que lhe deram origem.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(ii) Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2016 e 2015, incluindo operações de *hedge*.

b. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas incentivadas

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício e de acordo com a NBC TG 07 - Subvenção e assistências governamentais. Os valores recebidos e empregados do Contrato de Gestão e Projetos Especiais originados de contratos com a Secretaria de Cultura e outros ajustes que envolvam recursos públicos, são registrados da seguinte forma:

- **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a projetos e o crédito de projetos vinculados a executar no passivo circulante.
- **Consumo como despesa:** Quando ocorrem os gastos do Contrato de Gestão e dos recursos incentivados e as despesas correspondentes são reconhecidas, nesse mesmo momento ocorre o reconhecimento de receita em igual valor em contrapartida ao débito do passivo de projetos a executar. A liquidação financeira das despesas é reconhecida em contrapartida ao crédito de recursos vinculados a projetos.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

(ii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Equipamento de áudio e vídeo	5 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de som/luz	10 anos
Máquinas e Equipamentos	10 anos
Instalações	10 anos
Equipamento de telecomunicação	5 anos
Software	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. Redução ao valor recuperável

(i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

e. Provisões, passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

f. Demais ativos circulantes e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

g. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, o Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, o Imposto sobre Operação de Crédito e tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras.

h. Receitas com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) -Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em receitas operacionais em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2016 registrou o montante de R\$ 156 (R\$ 156 em 2015) referente a trabalhos voluntários.

i. Gerenciamento de risco financeiro

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos usos de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez
- Risco de mercado

A Entidade apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na Nota Explicativa nº 17.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade.

j. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Entidade estão mencionadas abaixo. A Entidade não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras da Entidade em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Entidade detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Entidade fará no futuro.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4 Recursos vinculados a projetos

	2016	2015
Caixa	16	28
Aplicações financeiras	7.145	20.398
	7.161	20.426
Ativo circulante	5.903	16.294
Ativo não circulante	1.258	4.132
	7.161	20.426

Os recursos vinculados a projetos referem-se a recursos recebidos pela Entidade que serão utilizados exclusivamente nos projetos incentivados e em passivos relacionados a estes projetos, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6.

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a aplicações em fundos de renda fixa, remunerados a taxas de 107% e 98% do CDI - Certificado de depósito Bancário em 2016 (106% a 90% em 2015).

Os recursos do ativo não circulante, referem-se ao fundo de reserva, constituído com o propósito exclusivo de utilização, na hipótese de ocorrer atraso na liberação dos repasses por parte da Secretaria de Estado da Cultura.

5 Imobilizado

	01/01/2015			31/12/15
	Custo	Adições	Baixas	Custo
Equipamentos de áudio e vídeo	1.290	275	(6)	1.559
Equipamentos de Informática	843	106	(2)	947
Móveis e Utensílios	1.247	317	(11)	1.553
Equipamentos de som/luz	782	253	-	1.035
Máquinas e Equipamentos	69	55	-	124
Instalações	174	9	-	183
Equipamentos de telecomunicações	26	12	-	38
Software	163	44	-	207
Total	4.594	1.071	(19)	5.646

	01/01/2015			31/12/15
	Depreciação	Adições	Baixas	Depreciação
Equipamentos de áudio e vídeo	(361)	(285)	6	(640)
Equipamentos de Informática	(188)	(178)	1	(365)
Móveis e Utensílios	(170)	(147)	-	(317)
Equipamentos de som/luz	(228)	(184)	-	(412)
Máquinas e Equipamentos	(16)	(7)	-	(23)
Instalações	(13)	(18)	-	(31)
Equipamentos de telecomunicações	(5)	(3)	-	(8)
Software	(40)	(37)	-	(77)
Total	(1.021)	(859)	7	(1.873)

Saldo líquido	3.573	212	(12)	3.773
----------------------	--------------	------------	-------------	--------------

	01/01/2016			31/12/16
	Custo	Adições	Baixas	Custo
Equipamentos de áudio e vídeo	1.559	168	(2)	1.725
Equipamentos de Informática	947	197	(1)	1.143
Móveis e Utensílios	1.553	85	-	1.638
Equipamentos de som/luz	1.035	175	-	1.210
Máquinas e Equipamentos	124	-	-	124
Instalações	183	22	-	205
Equipamentos de telecomunicações	38	-	-	38
Software	207	-	-	207
Total	5.646	647	(3)	6.290

	01/01/2016			31/12/16
	Depreciação	Adições	Baixas	Depreciação
Equipamentos de áudio e vídeo	(640)	(176)	-	(816)
Equipamentos de Informática	(365)	(167)	-	(532)
Móveis e Utensílios	(317)	(95)	-	(412)
Equipamentos de som/luz	(412)	(110)	-	(522)
Máquinas e Equipamentos	(23)	-	-	(23)
Instalações	(31)	(15)	-	(46)
Equipamentos de telecomunicações	(8)	(3)	-	(11)
Software	(77)	(29)	-	(106)
Total	(1.873)	(595)	-	(2.468)
Saldo líquido	3.773	52	(3)	3.822

6 Projetos a executar

A seguir apresentamos os contratos em andamento no exercício e sua movimentação demonstrando o total de recursos recebidos pela Entidade e os rendimentos financeiros desses recursos, bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo).

**Potesis - Instituto de Apoio à
Cultura, à Língua e à Literatura**
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015

	Saldos em 2014	Valores Recebidos	Captação de Recursos	Rendimentos Financeiros	Recuperação de despesas	Consumo	Movimentação Imobilizados	Devolução de Recursos	Saldos em 2015
Projetos a executar									
Contrato de Gestão n° 07/2011	19.431	32.990	42	2.606	-	(42.034)	(765)	-	12.270
Contrato de Gestão n° 08/2013	2.716	18.875	803	624	96	(22.818)	(110)	-	186
Contrato de Gestão n° 05/2012	2.614	5.943	212	370	40	(6.829)	(96)	-	2.254
Convênio Fussesp n° 286/2012	93	-	-	2	-	(15)	-	(80)	-
Contrato de Gestão n° 30/2008	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Total de projetos a executar	24.855	57.808	1.057	3.602	136	(71.696)	(971)	(80)	14.711
Total de projetos a executar curto prazo	20.582	-	-	-	-	-	-	-	10.579
Total de projetos a executar longo prazo	4.273	-	-	-	-	-	-	-	4.132
Obrigações com estado - imobilizado	24.855	-	-	-	-	-	-	-	14.711
	3.573	-	-	-	-	(859)	959	-	3.673

	Saldos em 2015	Valores Recebidos	Captação de Recursos	Rendimentos Financeiros	Consumo	Aquisições Imobilizado	Transferência	Devolução de Recursos	Saldos em 2016
Projetos a executar									
Contrato de Gestão n° 07/2011 (a)	12.270	16.449	299	832	(21.098)	(449)	(7.670)	(633)	-
Contrato de Gestão n° 08/2013 (b)	186	17.599	1.052	512	(18.159)	(28)	-	-	1.162
Contrato de Gestão n° 05/2012 (c)	2.254	5.349	195	334	(6.574)	(53)	-	-	1.505
Contrato de Gestão n° 02/2016 (d)	-	9.983	240	450	(19.160)	(117)	7.670	-	(934)
Termo FLI (e)	-	116	-	3	(57)	-	-	-	62
Convênio FID (e)	-	100	-	3	(79)	-	-	-	24
Contrato de Gestão n° 30/2008	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Total de projetos a executar	14.711	49.596	1.786	2.134	(65.127)	(647)	-	(633)	1.820
Total de projetos a executar curto prazo	10.579	-	-	-	-	-	-	-	562
Total de projetos a executar longo prazo	4.132	-	-	-	-	-	-	-	1.258
Obrigações com estado - imobilizado	14.711	-	-	-	-	-	-	-	1.820
	3.673	-	-	-	(595)	644	-	-	3.722

- **Valores recebidos/repasses** - referem-se aos montantes recebidos ou captados para incentivo aos projetos vinculados.
- **Rendimentos financeiros** - referem-se a rendimento das aplicações financeiras dos recursos vinculados aos projetos que, de acordo com a norma contábil, são reconhecidos no ativo em contrapartida a projetos a executar.
- **Consumo** - referem-se aos gastos que foram empregados nos projetos ao longo do exercício social.
- **Projetos a executar - longo prazo:** referem-se a valores correspondente entre 2,5% a 6% do valor total dos recursos repassados no primeiro ano de vigência dos Contratos de Gestão, com o propósito exclusivo de utilização na hipótese de ocorrer atraso na liberação dos repasses por parte da Secretaria de Estado da Cultura. No último ano de vigência dos Contratos de Gestão e após a liberação da totalidade dos correspondentes repasses previstos, é facultada a utilização dos recursos vinculados de longo prazo no custeio das ações previstas no Plano de Trabalho.

a. Contrato de Gestão - 07/2011

Em 20 de dezembro de 2011, a Poiesis firmou com a Secretaria de Estado da Cultura, o Contrato de Gestão nº 07/2011, com vistas à execução de atividades e serviços a serem desenvolvidos em duas unidades de Fábricas de Cultura, localizadas no Jardim São Luis e Vila Nova Cachoeirinha, com vigência até 30 de outubro de 2015, prorrogado pelo 6º aditamento para 20 de fevereiro de 2016, e, posteriormente, pelo 7º termo aditivo para 30 de junho de 2016.

O Contrato de Gestão tem por objeto o fomento e a operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços na área de iniciação, formação e difusão de atividades artístico-culturais das mais diversas línguas junto à população carente, notadamente de jovens da periferia.

Por meio de Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, assinado em 3 de setembro de 2012, a Poiesis incorporou em seu Plano de Trabalho as atividades do Projeto Núcleo Luz.

Em 30 de novembro de 2012, por meio do Terceiro Termo Aditivo, de 1º de julho de 2013, fora incluída no escopo do Contrato de Gestão 07/2011 a gestão das unidades de Fábricas de Cultura de Jaçanã, Capão Redondo e Brasilândia, passando seu valor global para R\$ 147.223.

Em razão de atraso na entrega da unidade da Fábrica de Cultura de Brasilândia, cujo início de atividades se deu no exercício de 2014, o valor global do contrato do Contrato de Gestão passa a ser de R\$ 139.119, por intermédio do 4º Termo Aditivo firmado em 20 de fevereiro de 2014.

Por meio do 5º Termo Aditivo, firmado em 10 de dezembro de 2014, o montante do Contrato de Gestão a ser repassado para a Entidade, foi atualizado para o valor global de R\$ 127.704.

Em 22 de maio de 2015, com a assinatura do 6º Termo de Aditamento ao Contrato de Gestão, a sua vigência foi prorrogada até 20 de fevereiro de 2016, e o seu valor global ajustado para R\$ 137.213.

Por meio do 7º Termo Aditivo do Contrato de Gestão assinado em 19 de outubro de 2015, a sua vigência foi prorrogada até 30 de junho de 2016, e o seu valor global ajustado para R\$ 145.942. Em 06 de maio de 2016, com assinatura do 8º Termo Aditivo o valor do contrato foi alterado para R\$ 145.665, integralmente recebidos, com o seguinte cronograma:

Repasses do Contrato de Gestão nº 07/2011

	Recebidos
2011	8.600
2012	12.126
2013	35.500
2014	40.000
2015	32.990
2016	16.449
	145.665
	145.665

Por ocasião do encerramento do Contrato de Gestão, em 30 de junho de 2016, foram restituídos à Secretaria da Cultura o montante de R\$ 8.303, correspondente aos recursos não utilizados apurados em sua prestação de contas final. Destes, R\$ 633 foram recolhidos junto aos cofres da Secretaria da Cultura, e R\$ 7.670 foram transferidos como aporte inicial do novo Contrato de Gestão no. 2/2016, firmado em 30 de junho de 2016 pela Poiesis para dar prosseguimento ao programa Fábricas de Cultura no período de 1º de julho de 2016 a 31 de dezembro de 2020. (vide item **d** abaixo).

b. Contrato de Gestão - 08/2013

O Contrato de Gestão nº 08/2013, firmado em 27 de dezembro de 2013 com a Secretaria de Estado da Cultura, tem o propósito de dar continuidade à gestão do programa “Oficinas Culturais” pelo prazo de 54 meses a partir 1º de janeiro de 2014, no valor global de R\$ 134.326.

Em 04 de setembro de 2014 foi firmado o 1º Termo Aditivo alterando o Plano de Trabalho de 2014. Com a inclusão de novas ações e acréscimo do repasses em R\$ 3.510, elevando o valor total do Contrato de Gestão para R\$ 137.836.

Posteriormente, em consequência de sucessivas alterações do Plano de Trabalho de 2015 promovidas por intermédio do 2º Termo Aditivo assinado em de 30 de dezembro de 2014, do 3º Termo de 27 de maio de 2015, e do 4º termo de 30 de junho de 2016, o valor do Contrato de Gestão passou a ser de R\$ 91.248, com o seguinte cronograma para repasse de recursos conforme apresentado abaixo:

Repasses do Contrato de Gestão nº 08/2013	Recebidos	A receber	Total
2014	28.510	-	28.510
2015	18.875	-	18.875
2016	17.599	-	17.599
2017	-	17.509	17.509
2018	-	8.755	8.755
	64.984	26.264	91.248
	64.984	26.264	91.248

c. Contrato de Gestão - 5/2012

Em 29 de junho de 2012, a Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo e a Poiesis celebraram o Contrato de Gestão nº 5/2012, que tem por objetivo fomentar a operacionalização da gestão e execução dos serviços prestados na área de museologia nas Casas das Rosas e Guilherme de Almeida, pelo período de 4 anos e 5 meses, prorrogado pelo 4º Aditivo para 29 de junho de 2017.

O Contrato de Gestão firmado previa inicialmente o repasse à Entidade da importância global estimada de R\$ 27.510. Por meio do 2º Termo Aditivo, que veio a ser firmado em 11 de janeiro 2015, o valor global do Contrato de Gestão passou a ser de R\$ 27.710.

Em 12 de maio de 2015, mediante o 3º Termo de Aditamento, o Contrato de Gestão teve seu valor alterado para R\$ 26.909, e em razão de 4º Aditivo de 29 de dezembro de 2015 e do 5º Aditivo de 30 de junho de 2016, seu prazo de vigência estendido 29 de junho de 2017, com consequente alteração de seu valor para R\$ 29.504, distribuído da seguinte forma nos exercícios:

Repasses do Contrato de Gestão nº 5/2012	Recebidos	A Receber	Total
2012	3.315	-	3.315
2013	5.951	-	5.951
2014	6.272	-	6.272
2015	5.943	-	5.943
2016	5.349	-	5.349
2017			
		2.674	2.674
	26.830	2.674	29.504

d. Contrato de Gestão - 2/2016

Em 30 de junho de 2016, a Poesis firmou com a Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo o Contrato de Gestão nº 2/2016 para dar continuidade às ações do Programa Fábricas de Cultura nas unidades de Jardim São Luiz, Capão Redondo, Vila Nova Cachoeirinha, Brasilândia, Jaçanã e Núcleo Luz (item a acima), pelo prazo de 54 meses, de 1º de julho de 2016 a 31 de dezembro de 2020. Durante o exercício de 2016 foi recebido o valor total de R\$ 17.653, sendo R\$ 7.670 transferidos do encerramento do contrato de gestão 07/2011 (vide item a acima) e R\$ 9.983 proveniente de recurso financeiro recebido da Secretaria da Cultura.

O valor global de repasse previsto no âmbito do Contrato é de R\$ 145.175, com o seguinte cronograma de desembolso:

Repasses do Contrato de Gestão nº 2/2016	Recebidos	A Receber	Total
2016	17.653	-	17.653
2017	-	31.880	31.880
2018	-	31.881	31.881
2019	-	31.880	31.880
2020	-	31.881	31.881
		31.881	31.881
	17.653	127.522	145.175

Outras informações

Além dos recursos financeiros provenientes do Poder Público, para execução do objeto dos Contratos de Gestão, a Entidade também mantém as seguintes fontes de recursos:

- (i) Receitas auferidas pela prestação de serviços e pela realização de atividades, tais como taxa de inscrição;
- (ii) Receitas advindas da utilização de seus espaços físicos;

(iii) Doações, legados e contribuições de entidades nacionais e estrangeiras; e

(iv) Rendimentos de aplicações e ativos financeiros;

Por força dos Contratos de Gestão, a Entidade está obrigada a cumprir determinadas metas, as quais são trimestralmente e anualmente avaliadas pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão da Secretaria de Estado da Cultura. No caso de não cumprimento dessas metas, a Entidade poderá sofrer penalidades que podem incorrer em redução e/ou extinção dos repasses contratados.

Os relatórios trimestrais relativos ao período de março, junho e setembro de 2016 foram preparados e encaminhados para as respectivas Unidades Gestoras da Secretaria de Estado da Cultura, e já foram objetos de apreciação e aprovação pela Comissão de Avaliação. As prestações de contas referentes aos relatórios de atividades anual serão enviados em fevereiro de 2017.

Os recursos provenientes dos Contratos de Gestão são contabilizados como receitas quando aplicados nos projetos; em decorrência, os montantes ainda não utilizados ficam registrados no passivo circulante na rubrica de projetos vinculados a executar, representando a parcela remanescente a ser aplicada no projeto, acrescida dos rendimentos financeiros auferidos decorrentes de sua aplicação.

Convênios

Corresponde às parcerias realizadas junto a outras entidades para o desenvolvimento compartilhado de atividades relacionadas às operações da Entidade.

e. Outros

Em 2016 a Poiesis firmou as seguintes parcerias:

- Ministério da Cultura, Diretoria de Livro, Leitura e Literatura e Bibliotecas, envolvendo repasses de R\$ 116 em parcela única totalmente efetivada em junho 2016, para a realização da 4ª Edição do FLI - Festival Literário de Iguape, no município de Iguape (SP);
- Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, Fundo Estadual de Interesses Difusos, para ações de preservação e difusão do acervo da Casa Guilherme de Almeida. O ajuste prevê repasses da ordem de R\$ 184 no período de 9 meses a contar de junho de 2016. Em 2016 foram repassados R\$ 100, e para 2017 é previsto a liberação do saldo de R\$ 84.

7 Contas a pagar

	2016	2015
Fornecedores	278	178
Prestadores de serviços	1.258	1.436
	<u>1.536</u>	<u>1.614</u>

8 Obrigações trabalhistas

	2016	2015
INSS a recolher	729	596
IRRF a recolher	279	247
FGTS a recolher	199	163
PIS sobre folha de pagamento a recolher	32	28
ISS a recolher	21	112
Salários a pagar	16	30
Serviços prestados por autônomos a pagar	2	23
Outras	12	41
	<hr/> <u>1.290</u>	<hr/> <u>1.240</u>

9 Provisão para contingências

A Entidade reconhece a provisão para riscos trabalhistas quando seus assessores jurídicos consideram como provável o risco de perda de demandas judiciais e administrativas, que acarretarão em desembolso de recursos que possam ser mensurados com razoável nível de segurança.

Em 31 de dezembro de 2016, a Entidade figura como reclamada em 7 ações de natureza trabalhista (12 em 2015) e 01 ação de natureza cível (02 em 2015). Foi registrado como provisão, o valor de R\$ 540 (R\$ 433 em 2015), relativo ao, risco classificado pelos assessores jurídicos, como de perda provável, considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso.

A Entidade possui em 31 de dezembro de 2016 o montante de R\$ 598 (R\$ 180 em 2015) de processos com probabilidade de perda possível, de natureza trabalhista e cível.

10 Partes relacionadas

O Estatuto Social da Entidade possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho. Dessa forma, a Entidade não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

Em 31 de dezembro de 2016 houve o reconhecimento de trabalho voluntário por parte de Conselheiros da entidade.

11 Patrimônio líquido

O patrimônio líquido é composto, substancialmente, pelo patrimônio social e pelos superávits apurados anualmente.

Em caso de extinção ou desqualificação da Entidade como organização social, haverá a incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito do Estado de São Paulo, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio do Estado, na proporção dos recursos e bens por este alocados por meio do Contrato de Gestão.

12 Receitas operacionais

a. Contrato de Gestão

	2016	2015
Contrato de Gestão nº 07/2011	20.351	40.084
Contrato de Gestão nº 08/2013	16.744	21.425
Contrato de Gestão nº 05/2012	6.099	6.247
Contrato de Gestão nº 02/2016	18.481	-
Receitas financeiras	2.127	3.600
Parcerias	1.581	788
Aluguel de espaço	162	240
Outros	45	29
	<u>65.590</u>	<u>72.413</u>

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6, além dos recursos financeiros provenientes do Poder Público, para execução do objeto do Contrato de Gestão, a Entidade também mantém as fontes de recursos advindas de (i) receitas auferidas pela prestação de serviços e pela realização de atividades, tais como taxa de inscrição e parcerias com agentes culturais, (ii) da utilização de seus espaços físicos, (iii) doações e (iv) rendimentos de aplicações e ativos financeiros.

Acima apresentamos as receitas auferidas por meio dessas captações e provenientes do Poder Público.

b. Convênios

	2016	2015
Convenio Fussesp Espaço de Leitura	-	13
Convenio FID	76	-
Termo Colaboração Minc	54	-
Receitas Financeiras	6	2
	<u>136</u>	<u>15</u>

c. Outras

	2016	2015
Doações	-	60
Receitas Financeiras	1	1
	<u>1</u>	<u>61</u>

13 Despesas com pessoal

	2016	2015
Salários, horas extras e outras	21.060	20.754
Encargos	8.391	8.026
Benefícios	4.778	4.016
Férias e encargos	3.280	3.497
13º e encargos	2.441	2.374
	<u>39.950</u>	<u>38.667</u>

14 Despesa com produção cultural

	2016	2015
Serviços artísticos	6.790	9.559
Materiais de produção	1.964	2.776
Serviços técnicos de produção	449	993
Despesas com transporte	348	682
Viagens e estadias	253	731
Cooperativas	144	462
Aquisição de acervo	39	85
Direitos autorais	3	4
	<u>9.990</u>	<u>15.292</u>

Nessa conta encontram-se todos os gastos com o desenvolvimento e execução das atividades culturais nos equipamentos geridos, tais como exposições, saraus, palestras, cursos, oficinas, recitais, peças de teatro, shows musicais, ou seja, eventos de incentivo à poesia, à literatura e às diversas áreas de produção artística e cultural. Estão incluídas nessa rubrica a contratação de profissionais autônomos, como curadores, artistas, professores, entre outros, e contratação de serviços diversos e compra de materiais para suporte aos profissionais contratados.

15 Serviços profissionais

	2016	2015
Serviços de limpeza e vigilância	8.138	8.623
Assessoria em T.I.	575	613
Assessoria contábil	273	372
Assessoria em elaboração de projetos	176	235
Assessoria jurídica	152	149
Outros serviços especializados	99	105
	<u>9.413</u>	<u>10.097</u>

16 Gerais e administrativas

	2016	2015
Conservação e manutenção	1.649	2.260
Serviços de utilidade pública	998	954
Aluguel e condomínio	932	1.178
Material de escritório e outros	477	463
Locações	378	531
Telefonia	352	430
Contingência trabalhistas	241	367
Seguros	61	201
Viagens e estadias	7	6
Outros	450	481
	<u>5.545</u>	<u>6.871</u>

17 Instrumentos financeiros

A Entidade opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Estimativa do valor justo

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício a Entidade não efetuou operações com derivativos.

Instrumentos financeiros “Não derivativos”

Todos os ativos financeiros “não derivativos” (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Entidade, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços);
- **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como Nível 2 (representado pelas aplicações financeiras).

Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2016, a Entidade está sujeita aos fatores de:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Entidade, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Entidade. O Objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Com relação às taxas de juros, visando à mitigação deste tipo de risco, a Entidade centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham, a variação do CDI - certificado de depósito interbancário e fundos de renda fixa.

18 Avais, fianças e garantias

A Entidade não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios de 2016 e 2015.

19 Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir, na hipótese dos recursos de subvenção governamental utilizados para custeio das atividades da Entidade pudessem ser considerados como receita tributável, a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

- **IRPJ** (Imposto de renda da Pessoa Jurídica)
- **CSLL** (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)
- **ISSQN** (Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza)
- **COFINS** (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias.

20 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2016, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era de R\$ 35.000 (R\$ 70.848 em 2015) e R\$ 8.000 (R\$ 3.000 em 2015) para responsabilidade civil.

21 Eventos subsequentes

Em 30 de janeiro de 2017, a Poiesis apresentou para a Secretaria de Estado da Cultura proposta de Plano de Trabalho para o Programa de Oficinas Culturais no exercício de 2017 (Contrato de Gestão no. 08/2013), ajustado à disponibilidade orçamentária da Secretaria de R\$ 11.900. O termo aditivo com o valor do contrato, esta em processo de formalização.

* * *



Clovis de Barros Carvalho
Diretor executivo



Plinio Silveira Correa
Diretor Administrativo Financeiro



Adilson Ernesto da Silva
Contador CRC 1SP266387/O-7